

Belo Horizonte, 18 de maio de 2020

Ao Forum Mineiro de Saúde Mental,

Dentre os princípios fundamentais registrados no Estatuto da Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD) consta o compromisso com o *“respeito e promoção (...) dos direitos humanos, direitos e garantias fundamentais do cidadão, direitos políticos, direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais e a dignidade da pessoa humana, consubstanciados no direito à saúde e a uma vida dignas”*.

Assim sendo, neste emblemático 18 de Maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, data que simboliza uma luta histórica pela garantia dos mesmos direitos defendidos pela ABMMD, no caso voltados às pessoas em sofrimento mental, não poderíamos deixar de apoiar e nos solidarizar com todos aqueles que têm protagonizado a Reforma Psiquiátrica em nosso estado e empunhado a bandeira da Luta Antimanicomial. Infelizmente, este ano estamos privados do exuberante cortejo da Escola de Samba Liberdade Ainda Que Tan Tan que tradicionalmente marca esta data em Belo Horizonte, mas “as redes sociais viraram praças” e aqui estamos, virtualmente, comemorando a força e a beleza da luta por uma sociedade sem manicômios!

Tudo começou no ano de 1987, quando trabalhadores de saúde mental reuniram-se na cidade de Bauru, SP, e fundaram um movimento social, a Luta Antimanicomial que, além de denunciar a lógica secular de exclusão, violência e abandono que os chamados loucos eram tratados, propunha mudanças radicais nos mais diversos campos: uma nova legislação, um novo modelo de assistência, um novo olhar da sociedade sobre a loucura e, em especial, uma discussão profunda na cultura, questionando os pressupostos da incapacidade e periculosidade que invalidavam as pessoas com sofrimento mental enquanto sujeitos e cidadãos.

Ao propor o fim do hospital psiquiátrico, a Luta Antimanicomial questionou não só a instituição propriamente dita mas o saber psiquiátrico que o sustentava e sua hegemonia. O poder médico, autorizado por toda a sociedade, trancou, silenciou e segregou pessoas que viviam à margem da dita normalidade, em nome do poder da razão!

A ousadia de pensar diferente, de questionar instituições tidas como insubstituíveis e de propor alternativas pautadas sempre no princípio terapêutico da liberdade, conferiu à Luta Antimanicomial força e potência que lhe garantiu ao longo desses pouco mais de 30 anos ser ator importante e imprescindível na construção de uma das políticas públicas mais bem sucedidas, conhecida como Reforma Psiquiátrica Brasileira. É esse o sentido de um movimento social!

A história do surgimento da Luta Antimanicomial e do SUS se confundem, e não é à toa. Não haveria qualquer avanço na política de saúde mental do nosso país sem a existência do SUS. Milhares de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos foram sendo criados, de diversas modalidades, nos mais diversos municípios brasileiros, constituindo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Ao mesmo tempo, leitos e hospitais psiquiátricos foram sendo fechados e o recurso financeiro, antes a eles destinado, foi direcionado aos serviços abertos. Os usuários, antes trancados e marginalizados, passaram a vivenciar o tratamento em liberdade, multiprofissional, humanizado e de qualidade. Antes, tutelados e aprisionados sem qualquer direito, agora protagonistas de sua própria vida e falando em nome próprio.

Apesar de dificuldades de várias ordens, incontestáveis são os avanços. Temos como exemplo, a Política de Saúde Mental de Belo Horizonte, criada a partir de 1993, na gestão de Patrus Ananias. Mesmo com recuos e tensionamentos, esta política se mantém antimanicomial ao longo dos anos e transcorridas diversas administrações. Nós, mineiros, somos a prova viva de que é possível prescindir do hospital psiquiátrico e garantir direitos e autonomia às pessoas em sofrimento mental.

Mas assegurar uma política pública, que propõe cidadania para loucos ou não, não tem sido uma tarefa fácil para os movimentos sociais, gestões e trabalhadores que a sustentam.

Retrocessos se agravaram após o Golpe de 2016 . A partir de então, assistimos a sucessivos ataques ao SUS, convalidado principalmente pela aprovação da EC 95 (Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos), e pela publicação da Portaria nº3.588/2017, do Ministério da Saúde, que retorna com a lógica manicomial, interrompendo o fechamento de hospitais psiquiátricos e inclusive aumentando recursos financeiros aos mesmos e com nefastas mudanças na composição da RAPS. Ao mesmo tempo, houve crescente incentivo do governo às comunidades terapêuticas, instituições em sua maioria, religiosas, que recebem usuários de álcool e outras drogas em condições precárias de assistência, em regime de privação de liberdade, com tratamento baseado em princípios morais, religiosos e até mesmo com práticas punitivas e de tortura.

Estamos assistindo à reedição dos antigos manicômios, agora intitulados comunidades terapêuticas, e seus habitantes, antes os loucos, foram substituídos pelos usuários de drogas. Essa nova e terrível construção social, obviamente foi apropriada pelo governo do presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, sempre próximo a líderes religiosos evangélicos. O ex-ministro da Cidadania, o ultra conservador Osmar Terra, juntamente com o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, decretaram o fim da política da redução de danos e credenciaram um grande número de comunidades terapêuticas, garantindo investimento financeiro a elas, em detrimento de todos os serviços substitutivos que compõem a RAPS.

Em junho de 2019 o presidente sancionou lei autorizando a internação involuntária de usuários de drogas, na contramão do que defende a OMS e a despeito de todos os esforços empenhados nas últimas décadas em prol do tratamento em liberdade e da garantia dos direitos fundamentais daqueles que apresentam algum transtorno mental.

Não bastassem esses retrocessos, vivemos em uma nação hoje marcada por uma pandemia que tem ceifado milhares de vidas, pela miserabilidade crescente de nossa população, por um governo irresponsável e descompromissado com a vida, saúde e bem-estar de seu povo e por francas e reiteradas ameaças à nossa democracia.

É pois, neste cenário sombrio, que nós, médicas e médicos pela democracia de Minas Gerais, reafirmamos nosso compromisso com a Luta Antimanicomial, com a Reforma Psiquiátrica Brasileira e com os princípios que a regem, princípios estes, como já dito, identificados com aqueles registrados no Estatuto de nossa Associação. Entendemos que o SUS, sistema público de saúde, pautado na universalidade, integralidade e equidade à assistência de saúde, é instrumento essencial na promoção destes direitos e sustentaremos com radicalidade sua existência e melhorias constantes.

Defenderemos juntos que “Saúde não se vende e Loucura não se prende” e continuaremos na luta em defesa do SUS e Por Uma Sociedade Sem Manicômios.

Nenhum Passo Atrás, Manicômios Nunca Mais!

Saudações antimanicomiais,

*Núcleo Mineiro da Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia.*